

Capítulo 9

Responsabilidade Social Universitária no Brasil: Perspectivas para O Século XXI

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/respon09>

Fernando Locks Machado

Kelly Gianezini

INTRODUÇÃO

Nascida na década de 1950, a Responsabilidade Social (RS)¹ surgiu como um conceito estritamente empresarial, sendo inculcada no seio das organizações daquela época a fim de reorientar o processo de tomada de decisão. Em outras palavras, pretendia que as escolhas feitas pelos líderes empresariais fossem mais compatíveis com os novos valores estabelecidos pela sociedade e menos direcionadas aos interesses individuais da companhia ou do próprio dirigente.

Décadas mais tarde, com o fortalecimento das práticas organizacionais voltadas à RS, tornou-se crescente a preocupação das universidades com o tema. No Brasil, tal movimento ascendente se fortaleceu a partir de 2004, quando houve a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Isso porque foi com a instituição desse sistema que a RS

1 Serão apresentadas, ao longo do capítulo, a Responsabilidade Social (RS) e duas de suas vertentes: a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e a Responsabilidade Social Universitária (RSU). Esta última voltada ao âmbito universitário e aquela às questões corporativas empresariais.

passou a ser um parâmetro de avaliação da qualidade institucional, tanto do seu ensino quanto da pesquisa e da extensão.

Disso, portanto, despontou a seguinte questão: após pouco mais de uma década do estabelecimento do SINAES, quais as perspectivas para a Responsabilidade Social Universitária (RSU) nas Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras no século XXI?

Com o intuito de atender à situação-problema posta acima, deu-se origem à presente revisão de bibliografia, com abordagem qualitativa, pertinente ao desenvolvimento da RS nas universidades brasileiras, a qual está estruturada em seis partes. Na primeira, que é esta introdução, são revelados o objetivo, a problematização, os procedimentos metodológicos e a forma como foi organizada. Na segunda e na terceira parte, é abordada a trajetória histórica das IES brasileiras e as origens e definições da RS. Nas partes seguintes, são apresentados os resultados das investigações sobre a RS nas universidades instituídas no País e as perspectivas para a RS dentro delas. Por fim, na última parte, são apresentadas as constatações dos principais conflitos que limitam o desempenho integral das IES na realização de suas práticas voltadas à RS.

Tais resultados foram obtidos com a aplicação dos procedimentos metodológicos que concernem à pesquisa bibliográfica, com base em dados secundários, os quais serviram de apoio à construção da revisão e posterior argumentação sobre as perspectivas da RS nas IES fundadas no Brasil, permitindo delinear possíveis características marcantes na consolidação da RS em tais instituições neste século.

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DAS ORIGENS À CONTEMPORANEIDADE

Antes de tratar propriamente da Responsabilidade Social, é imprescindível que se contextualize a trajetória das IES no Brasil. Faz-se mister relembrar as suas origens e as dificuldades encontradas em terras brasileiras

para o nascimento das primeiras universidades, justamente porque os entraves encontrados para a consecução dos projetos de ensino superior tiveram como consequência o retardamento do desenvolvimento das IES no País.

Mais de duas dezenas de propostas para a criação de universidades no Brasil foram apresentadas desde o período colonial até a República, mas todas sem sucesso. Projetos que não floresceram devido à resistência imposta pela Coroa de Portugal, além do estigma de que os mais nobres deveriam frequentar universidades europeias como a de Coimbra a fim de educarem-se adequadamente (MOACYR, 1937; GIANEZINI, 2014).

Em meados do século XVI, esforços jesuíticos travaram o primeiro embate para a implantação de uma universidade no País. Barrados pela Coroa portuguesa, os jesuítas continuaram restritos a lecionar os Cursos de Letras e Artes no Colégio Central da Bahia (GIANEZINI, 2014). Ainda assim, não satisfeito com a restrição, o Padre Marçal Belisário empreendeu esforços no sentido de melhorar os títulos concedidos na Colônia. Novamente sem êxito, foi impedido por seu confrade, Padre Pero Rodrigues, que considerou necessário, primeiramente, elevar o colégio ao patamar de universidade – algo inviável para aquele momento (FÁVERO, 2000).

Séculos mais tarde, com o despontar da Inconfidência Mineira, reascendeu-se o debate em torno da questão, estendendo-o pelos próximos séculos, até a transferência da sede da Monarquia para o Brasil. Naquela ocasião, o comércio baiano se ofereceu para a construção do palácio real, tendo em vista a instalação do governo ali, além de disponibilizar recursos para a fundação da primeira universidade. O Príncipe, entretanto, negou ambas as propostas e seguiu para o Rio de Janeiro (SOUZA CAMPOS, 1940).

Todos esses empecilhos enfrentados pelos proponentes de um projeto educacional maior para o País resultaram em um profundo descompasso em relação aos países vizinhos, pois neles as universidades surgiram já no primeiro século de colonização espanhola. Isso ressalta o atraso brasileiro na construção de instituições voltadas ao ensino superior, logrando êxito apenas

na primeira década do século XX, com o nascimento da Universidade de Manaus, em 1909 (SGUISSARDI, 2006).

Apesar de ser o primeiro e importante passo, a consolidação do ideal de um sistema nacional para o ensino superior ocorreu somente a partir da década de 1930, com a tomada de consciência no setor educacional. Francisco Campos, o Primeiro-Ministro da Educação e Saúde do Estado Novo, elaborou, em 1931, o Estatuto das Universidades Brasileiras, materializando a organização didática e administrativa do ensino superior no Brasil, dando forma a um corpo universitário nacional de fato (FÁVERO, 2000).

Nos anos seguintes, as barreiras enfrentadas foram menos severas, mas, ainda assim, impactantes na caracterização de um modelo universitário adequado. Escapando dos protótipos profissionalizantes, passou-se a traçar o objetivo principal das universidades, que, além do ensino, abarcariam a pesquisa e a extensão como resultado da discussão em voga na Constituinte sobre a impossibilidade de se dissociar esses três elementos (SGUISSARDI, 2006).

Hoje, é notória a busca das IES brasileiras por uma identidade. Isso porque, desde o seu início, os modelos impostos eram reproduções, a começar pelo que se propunha a partir dos moldes da Universidade de Coimbra. O reflexo dessa falta de um modelo previamente definido é sentido no contributo que as universidades têm oferecido ao formarem novos profissionais. Estão os estudantes das universidades levando consigo conhecimento? Ou são apenas portadores de diploma de bacharelado e licenciatura? (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013). Sobre isso, Franco (2008) afirma que há uma distância considerável entre a educação superior corrente e a que efetivamente se necessita para que as universidades consigam contemplar a consolidação do conhecimento e o fortalecimento de sua função social. Ressalta também que o aumento do número de instituições de ensino superior requer cada vez mais esforços para que se estabeleçam padrões de funcionamento e investimento, na tentativa de preservar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e exigindo assim o estabelecimento da identidade pedagógica, administrativa e institucional das universidades.

Com percalços, atrasos e hiatos na sua construção, as universidades brasileiras têm lutado para a consecução de seus objetivos acadêmicos. Apesar disso, ainda há que se repensar a sua conformação e que se traçarem novos rumos na expectativa de que cumpram um papel de protagonismo nas transformações sociais (GIANEZINI, 2014).

Além da contextualização histórica das universidades, é conveniente que se trate também da definição do termo Responsabilidade Social. A fim de que se estabeleça uma conceituação a qual sirva de base para a avaliação da RS no decorrer deste capítulo, o tópico a seguir tratará das origens e das definições do termo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL: ORIGENS E DEFINIÇÕES

Ainda que sua origem possa ser traçada a partir de movimentos norte-americanos do século XVI, a definição concreta do termo RS teve origem na conscientização de indivíduos. Deparados com a decadência de grandes centros urbanos e o aumento dos problemas ambientais, decidiram elevar as discussões sobre a responsabilidade das empresas com relação às questões sociais e do meio ambiente (KORTEN, 1996).

Sua conceituação transitou entre as áreas do conhecimento, sendo tratada de forma mais objetiva por Bowen (1957) como a obrigação de homens de negócios de implantar ações que sejam orientadas pelos fins e valores da sociedade onde os indivíduos se encontram. Para tal definição, cabe destacar que se tinha como sinônimos a Responsabilidade Pública e a Obrigação Social.

Na década de 1970, a expressão foi definida academicamente, ainda que tenha sido ressaltado o caráter ambíguo do termo. Isso ocorreu porque, embora vaga, a conceituação apresentada demonstrou dificuldade em delimitar o tema, já que ele permeia desde a ideia de obrigação ou coerção até a conscientização da empresa por vontade própria (REIS; MEDEIROS, 2007).

Carroll (1999) ressalta que a partir da década de 1980 surgiram novos conceitos e definições originais para a RS, com novas tentativas de se medir e conduzir pesquisas nessa área. Alguns autores receberam maior destaque, como Jones, Drucker, Wartick e Cochran e Epstein, esboçando os primeiros traços do que viria a ser a Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

RSE diz respeito ao olhar de uma organização, que vai além dos seus interesses individuais, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. Tal definição atribui certo altruísmo às organizações. Contudo, pode favorecer a imagem da empresa na comunidade e proporcionar a ela, em longo prazo, um aumento nos lucros (NICHELIS; WOOD, 1999).

E não apenas fora das organizações, mas em seus quadros internos, a RS se relaciona com a ampliação do bem-estar de empregados, de seus familiares e da comunidade a ela atrelada. Desse modo, valorizar práticas voltadas à RS é favorecer o aperfeiçoamento de condições dos colaboradores, devolvendo recíproca e continuamente os benefícios gerados por eles mesmos em colaboração com a companhia (ASHLEY, 2002).

Com a chegada da década de 1990, a Responsabilidade Social começou a transitar entre temas, como a teoria dos *stakeholders*, da ética nos negócios e da cidadania corporativa. Nesse período, os conceitos principais de Responsabilidade Social não foram rejeitados pelos autores, tampouco ocorreram novas contribuições significativas à bibliografia concernente ao tema (CARROLL, 1999).

Já no início dos anos 2000, a RS passou a compreender, de forma mais estrita do que anteriormente, responsabilidades econômicas, legais, éticas e filantrópicas, sendo então uma obrigação das organizações perante a sociedade para amplificar os resultados positivos e mitigar os negativos (FERRELL, 2001).

E de conceituações mais específicas como essa de Ferrell (2001) é que se pode então delinear o objetivo da implantação da Responsabilidade Social e identificar para quem ela pode servir. O referido autor, contudo, não subjugou a missão básica das empresas, que é produzir para obter lucro e assim oferecer

sua contribuição máxima à sociedade. Para ele, isso, consequentemente, também a torna socialmente responsável.

Com o desenvolvimento da literatura contemporânea, no entanto, tanto o público interno quanto o externo (os *stakeholders*, por exemplo) passaram a receber destaque. Por consequência, todas as partes interessadas – investidores, acionistas, empregados, clientes e fornecedores – devem ser beneficiadas com a aplicação de políticas de RS (DAFT, 1999). Assim, a RS é definida e destinada à avaliação do relacionamento entre pessoas, organizações e comunidade, sendo ainda uma maneira de unir interesses fragmentados em objetivos convergentes. Deve servir a todos aqueles que, direta ou indiretamente, são dependentes ou afetados pelo papel da empresa e na tomada de decisão de seus líderes.

Posto isso, aprofundar-se-á, a seguir, o reconhecimento da RS como elemento necessário para uma nova conformação dos modelos universitários.

A RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Com a consolidação dos conceitos sobre RSE, a compreensão de que um olhar voltado somente ao lucro não mais atendia às exigências dos avanços sociais se tornou evidente. A preservação do meio ambiente e o incentivo à educação, além da consequente redução de outros entraves sociais, receberam destaque e modificaram os moldes organizacionais das companhias com vistas a tais aspectos (SERPA; FOURNEAU, 2007).

Esse tipo de influência, então, passou a atuar igualmente nas IES a partir da década de 1960, orientando-as a exercer um papel social. Isso ampliou o ensino voltado às preocupações sociais e aos desdobramentos políticos, incentivando, assim, o compromisso com os problemas nacionais e internacionais (SANTOS, 1999).

Com o decorrer das décadas seguintes, passou-se a delinear, portanto, uma nova visão sobre o comprometimento universitário. O objetivo foi oferecer, além de conhecimento aos estudantes para uma formação profissional adequada, informações pertinentes ao combate à desigualdade social e às dificuldades locais ou regionais (OLIVEIRA, 2012).

No século XXI, a ideia de RS tornou a receber destaque nas universidades, despontando, assim, a Responsabilidade Social Universitária (RSU). A ênfase dessa ascensão é dada àquelas IES interessadas em examinar profundamente os novos impasses envolvendo as dinâmicas sociais e ambientais do novo século, entendendo os impactos dessa mudança de cultura para a sociedade (BROWN; CLOKE, 2019).

Seguindo essa consecução de fatos e voltando-se mais especificamente ao Brasil, há que se destacar o momento de maior notoriedade em relação à RS nas universidades brasileiras: a instituição do SINAES e a adoção da RS como parâmetro de análise da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas IES do País.

O SINAES, instituído em 14 de abril de 2004 pela Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004), tem como objetivo a promoção da qualidade da educação superior brasileira, a expansão da sua oferta, a eficácia institucional permanente, a efetividade acadêmica e social e o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Busca alcançar essas conquistas por meio de processos avaliativos das IES brasileiras, analisando seus cursos e o desempenho acadêmico de seus discentes (POLIDORI; MARINHO-ARAÚJO; BARREYRO, 2006).

Todavia, ainda que tal ferramenta tenha sido implantada em 2004, foi apenas em 2009, após a Conferência Mundial sobre Ensino Superior, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que os debates gerados pelas propostas do SINAES tomaram forma e evidenciaram os primeiros resultados nas IES. Isso sucedeu devido às considerações levantadas na referida Conferência reiterarem a importância da

RS como instrumento de promoção da interação entre universidade e sociedade (CALDERÓN; GOMES; BORGES, 2016).

Na subseção seguinte, será apresentada, enfim, a delimitação das perspectivas para a RSU nas IES brasileiras, que é o objetivo geral deste capítulo.

PERSPECTIVAS PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL DENTRO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Apesar dos avanços proporcionados pelo SINAES, que contribuíram para a inserção de novas diretrizes nas universidades – como a RS –, ainda existem obstáculos a serem enfrentados pelas IES. O aumento exponencial da concorrência entre aqueles que prestam vestibular, a transformação da educação em uma *commodity*, além da dificuldade de acompanhar a rápida evolução tecnológica e sua consequente obsolescência do conhecimento são exemplos de desafios a serem superados (WAGENBERG, 2006).

Isso, para Wagenberg (2006), revela uma certa decadência do ensino universitário, do qual emergem questionamentos sobre o papel da universidade na preservação da identidade e da cultura de uma nação. Diminuíram os cursos voltados para as humanidades e aumentaram as faculdades direcionadas a carreiras em administração e direito. Tal panorama, segundo o autor, é o mesmo em todo o continente americano. Esse tipo de barreira limita a formação de planos institucionais que priorizem o trabalho acadêmico e científico. Como consequência, incentivam a conformação de estruturas curriculares compostas por disciplinas preponderantemente orientadas ao mercado de trabalho (CALDERÓN; GOMES; BORGES, 2016).

Ainda assim, as universidades laboriosamente se esforçam no sentido de implementar cursos e pesquisas orientados ao saber acadêmico e humano e, por consequência, a temas como a RS. Nada obstante, há um dilema enfrentado pelo(a) estudante, que vê nessas disciplinas simples propostas. Entende que a aplicação de decisões fundamentadas nos princípios éticos e de RS depende

mais da sua disposição em aumentar sua própria renda ou de sua empresa do que da preocupação com o socioambiental inerente ao tema. Em outras palavras, os(as) discentes são expostos(as) a explicações sobre preservação do meio ambiente e reciclagem, por exemplo – e isso tanto na universidade como nas empresas –, mas as próprias instituições não obedecem aos critérios que apregoam em sala de aula (WAGENBERG, 2006).

Para Carrizo (2006), há dois lados a serem encarados: em um deles, estão os desafios gerados pela globalização; no outro, as necessidades dos países pobres da América Latina, África e Ásia, em especial na busca pela erradicação da injustiça social, da pobreza e da desigualdade.

Diante de tal cenário, destaca-se a relevância do conceito de desenvolvimento como fundamental para o debate. Como ressalta Kliksberg (2006), em 1989, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou uma resolução que estipulou a garantia do direito ao desenvolvimento a todo ser humano. Calderón, Gomes e Borges (2016) vão além e questionam, levando-se em consideração que as teorias do desenvolvimento foram profundamente debatidas décadas atrás, sendo consideradas ultrapassadas, por que haveria de se dar origem a uma nova teoria do desenvolvimento? Ou, ainda, de qual desenvolvimento se está tratando?

Por suposto que não há um modelo definitivo, o qual deva ser seguido por todos e que preconize responder a tais questões. O caminho ainda está para ser traçado e deve ser definido pelas próprias IES, com a criação de políticas sociais e o fomento da divulgação do balanço social (PEREIRA, 2003).

É notório o “desabrochar” de temáticas sociais nas salas de aula das IES brasileiras, ainda que, como já destacado, as disciplinas sejam sobejamente orientadas para o desenvolvimento de acadêmicos(as) direcionados(as) ao mercado de trabalho (WAGENBERG, 2006). Mesmo assim, o engajamento emergente de questões mais humanísticas com a RS pode, potencialmente, oferecer uma nova estrutura, mesmo que limitada. E a partir dela, talvez, será possível ressaltar as preocupações latentes sobre os impactos da

mercantilização, sua contraposição às práticas de RS e as reais funções e aspirações das universidades brasileiras neste século.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade está intimamente relacionado à promoção do conhecimento nessa localidade. Não apenas o conhecimento técnico ou o estudo das humanidades, mas também o aprendizado como forma de exercitar as habilidades técnicas apropriadas para a realização de ações sociais que apontem para um fortalecimento de práticas socialmente responsáveis (PIMENTA, 1994).

Isto posto, ao estar atento ao exposto no decorrer deste texto, considera-se pertinente ponderar que ao buscar atender à pergunta proposta e levantar novos questionamentos capazes de instigar futuras pesquisas neste segmento foi possível destacar aquilo que tem impedido a evolução constante das práticas sustentáveis na gestão das Instituições de Ensino Superior, com destaque para o Brasil, como (i) o surgimento de mais IES, gerando desafios em termos avaliativos quanto à qualidade da educação; (ii) a concorrência entre vestibulandos e a consequente comercialização da educação; e (iii) as barreiras existentes entre a evolução da tecnologia e sua participação na construção do conhecimento.

Sem embargo, certos avanços – ainda que incipientes – também são percebidos, como a conquista de políticas educacionais, não mais restritas a um estrato social determinado, estabelecendo certa democratização da educação superior. Além disso, os debates em torno das universidades e do ensino superior têm se intensificado nos últimos anos, na tentativa de fortalecer o sistema educacional brasileiro, considerando-se também a sua articulação com a educação básica.

Por meio dos resultados obtidos, portanto, torna-se possível uma reflexão sobre a reformulação de práticas que tenham se constituído obstácu-

los para a Responsabilidade Social Universitária, bem como a manutenção de políticas institucionais que têm mostrado resultados positivos nesse sentido. Percebe-se que não apenas ensinar a teoria, por exemplo, como também, do mesmo modo, incentivar o espírito de RSU passam a ser importantes para que se possa aliar teoria e prática no cotidiano dos(as) acadêmicos(as).

Essa forma de explicitar e atestar o seu anseio em se aproximar das questões sociais locais não é uma tarefa fácil, porém precisa ser levada adiante. Isso porque o futuro da educação – e também da sociedade como um todo – depende essencialmente da consolidação desse tipo de prática social.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edécio de J.; COSTA FILHO, Galileu B. da. Uma breve história da universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. In: COLOMBO, Sonia S. (Org.). **Gestão universitária: os caminhos para a excelência**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 19-42. Disponível em: http://srvd.grupoa.com.br/uploads/imagensExtra/legado/C/COLOMBO_Sonia_Simoies/Gestao_Univers_Caminhos_Excelencia/Lib/Cap_01.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

BOWEN, Howard R. **Responsabilidade social dos homens de negócios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: 15 de abril de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 04 jul. 2021.

BROWN, Ed; CLOKE, Jonathan. Corporate Social Responsibility in Higher Education. **ACME An International Journal for Critical Geographies**, Prince George, v. 8, n. 3, p. 474-483, mar. 2019. Disponível em: <https://www.acme-journal.org/index.php/acme/article/view/845>. Acesso em: 26 jun. 2021.

CALDERÓN, Adolfo I.; GOMES, Cleber F.; BORGES, Regilson M. Responsabilidade social da educação superior: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira (1990-2011). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 653-679, jul./set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n66/1413-2478-rbedu-21-66-0653.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

CARRIZO, Luís. Conhecimento e responsabilidade social: ameaças e desafios para a universidade transdisciplinar. **Revista Estudos**, Brasília/DF, v. 24, n. 36, p. 75-90, jun. 2006. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CARROLL, Archie B. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. **Business & Society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, set. 1999. Disponível em: https://www.academia.edu/419517/Corporate_Social_Responsibility_Evolution_of_a_Definitional_Construct?auto=download. Acesso em: 25 jun. 2021.

DAFT, Richard L. **Administração**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

FÁVERO, Maria de L. de A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000.

FERRELL, Fraedrich. **Ética empresarial: dilema, tomadas de decisão e caos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FRANCO, Alexandre de P. Ensino superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 53-63, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/15028/10076>. Acesso em: 14 set. 2021.

GIANEZINI, Kelly. **Educação e sociedade**: a expansão do ensino superior jurídico e o acesso de minorias étnicas. 2014. 300f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

KLIKSBERG, Bernardo. A ética e a responsabilidade social da universidade. **Revista Estudos**, Brasília/DF, v. 24, n. 36, p. 23-26, mar. 2006. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.

KORTEN, David C. **Quando as corporações regem o mundo**. São Paulo: Futura, 1996.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o império**. Subsídios para a história da educação no Brasil: 1850-1887. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

NICHELS, William G.; WOOD, Mariah B. **Marketing**: relacionamento, qualidade, valor. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

OLIVEIRA, Gláucia C. B. **Ensino superior, responsabilidade social e impactos comunitários**: estudo de caso da Faculdade de Ciências Gerenciais de São Joaquim da Barra-SP. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Centro Universitário de Franca, Franca, 2012. Disponível em: http://pos.unifacef.com.br/wp-content/uploads/2015/12/GI%C3%A1ucia-Coutinho-Buccioli-Oliveira_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

PEREIRA, Raquel da S. **Responsabilidade social na universidade**: estudo de caso da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://repositorio.usjal.org/handle/20.500.12032/454255?show=full>. Acesso em: 04 jul. 2021.

PIMENTA, Selma G. **O estágio na formação de professores**: unidade, teoria e prática? São Paulo: Cortez, 1994.

POLIDORI, Marlis M.; MARINHO-ARAÚJO, Claisy M.; BARREYRO, Gladys B. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.** [online], [s.l.], v. 14, n. 53, p. 425-436, 2006.

REIS, Carlos N.; MEDEIROS, Luiz E. **Responsabilidade social das empresas e balanço social:** meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SERPA, Daniela A. F.; FOURNEAU, Lucelena F. Responsabilidade social corporativa: uma investigação sobre a percepção do consumidor. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 83-103, jul./set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v11n3/a05v11n3.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? In: MOROSINI, Marília (Org.). **A universidade no Brasil:** concepções e modelos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p. 351-370.

SOUZA CAMPOS, Ernesto de. **Educação Superior no Brasil.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

WAGENBERG, Alan. A urgência da responsabilidade social universitária. **Revista Estudos**, Brasília/DF, v. 24, n. 36, p. 27-34, jun. 2006. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.